

DIREITOS HUMANOS

Programa Nacional de Direitos Humanos faz 6 meses sem alterar em nada a violência no País

REBECA KRITSCH

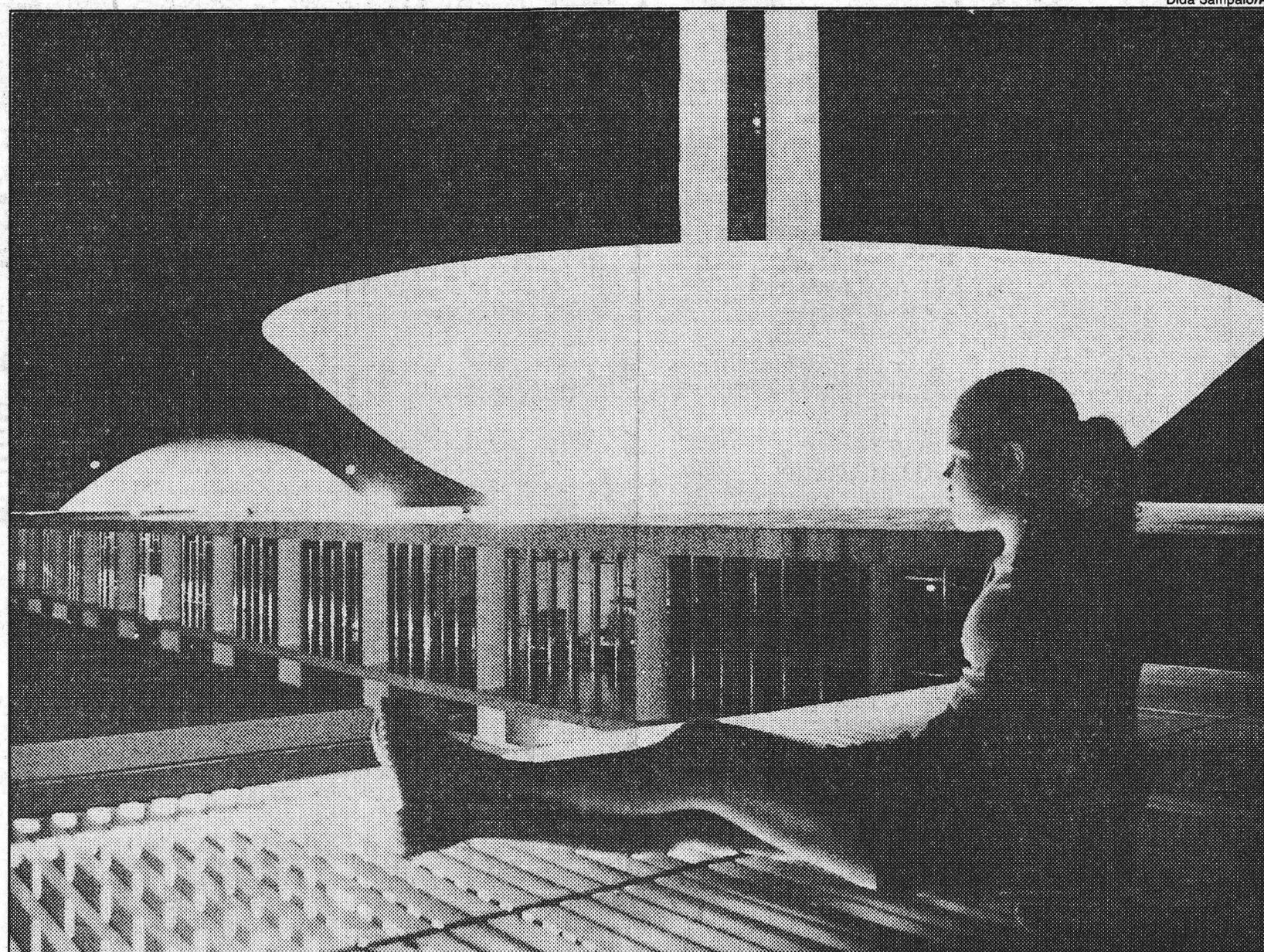
A pouco mais de 1.000 metros do Congresso Nacional, fica o ponto onde Vanessa se oferece a seus clientes. Aos 16 anos, a jovem prostituta garante com programas o dinheiro para ajudar nas despesas da casa e comprar as coisas da moda que os adolescentes de classe média têm. A mãe de Vanessa (o nome é de "guerra") é doente. Já foi operada do estômago quatro vezes, segundo a garota, e não tem condições de trabalhar.



No ponto de Vanessa há mais três menores. Elas se prostituem sem ser incomodadas pela polícia ou autoridades. Ao contrário, muitas delas — até deputados e senadores — são clientes, segundo Vanessa.

Aguarda apreciação no Congresso um projeto de lei que tipifica o crime de exploração sexual infanto-juvenil, para combater a prática com mais rigor. Alterar essa legislação é uma das mais de cem medidas de curto prazo anunciadas pelo governo federal em maio, no Programa Nacional de Direitos Humanos, que ainda não saíram do papel. A punição dos exploradores, recomendação do plano, não passa por enquanto de debate nas comissões do Legislativo.

Intenções — Seis meses depois de seu lançamento, o Programa Nacional de Direitos Humanos é pouco mais que uma carta de intenções. O documento contém 157 medidas a serem cumpridas a curto prazo (um ano), 48 a médio (dois anos) e 14 a longo prazo (três anos). Enuncia medidas para combater a impunidade, a violência nas cidades e no campo, o trabalho escravo e para proteger os direitos das crianças, adolescentes, mulheres, negros, índios e estrangeiros. O que precisa ser transformado em lei emperra na lentidão do Legislativo e no desinteresse dos parlamentares. O que depende dos governos federal, estaduais e municipais fica sujeito a escassas vontades políticas e verbais. O que depende da sociedade fica atrelado ao incentivo e reconhecimento por parte do governo. "Estamos enfrentando o desafio de tirar o programa da letra de forma e torná-lo concreto", diz o chefe



A jovem prostituta Vanessa, de 16 anos: a um quilômetro do Congresso Nacional, ela e três outras menores se oferecem aos clientes

de gabinete do Ministério da Justiça, José Gregori, coordenador-geral do programa. "É uma estrada mais longa do que a gente imaginava."

Ainda faltam seis meses para expirar o "curto prazo", mas pelo nível de eficiência demonstrado até agora, dificilmente o País concretizará até maio o que propõe o plano. "Ainda que os resultados não mereçam comemoração, há progressos", avalia Gregori.

Para as entidades de direitos humanos, o objetivo imediato do programa é angariar credibilidade internacional para o governo Fernando Henrique. "Faltou estabelecer um cronograma de votação para regulamentar as medidas anunciadas", critica Benedito Domingos Mariano, integrante do Conselho Estadual de Defesa da

Pessoa Humana e ouvidor da Polícia do Estado de São Paulo.

O plano, lançado em 13 de maio, inclui nas medidas de curto prazo vários projetos de lei que tramitam há anos no Legislativo. O governo apresentou novas versões de alguns e recomendou outros. Depois da inclusão no documento, as propostas continuam sofrendo dos mesmos males de antes: falta de empenho do governo e dos parlamentares. "A taxa de adesão aos direitos humanos ainda é muito

pequena no Brasil e o Congresso reflète a sociedade brasileira", diz Gregori. "Direitos humanos ainda não são matéria eleitoral."

"Muito pouco do que está no curto prazo será votado pelo Congresso até maio de 1997", diz o deputado

federal Hélio Bicudo (PT-SP), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

Medidas importantes no combate a violações comuns de direitos humanos no Brasil aguardam decisão do Senado. Uma delas torna crime o uso ilegal de armas.

Tortura — Também tramita a definição do crime de tortura, atualmente traduzido nos inquéritos como lesão corporal leve ou grave, que prescreve em no máximo dois anos. A tortura consta na Consolidação como crime imprescritível e inafiançável, mas ainda não foi conceituada.

Está no Senado também um projeto de lei complementar que torna mais difícil a concessão de liminares. O objetivo imediato é apressar as ne-

gociações de posse de terras. Hoje, com qualquer prova de propriedade é possível obter uma liminar e ganhar o direito de remover ocupantes. Acaba criando conflitos violentos.

A transferência para a esfera federal dos crimes contra os direitos humanos, outro projeto que tramita no Congresso, é um debate mais velho que o plano.

Projetos importantes estão fora da pauta. Um deles é de proteção a testemunhas, proposto pela primeira vez em 1993 e retirado do Legislativo pelo próprio governo em fevereiro deste ano. O plano propõe apoio a iniciativas estaduais.

Em algumas áreas, o governo já começou a combater violações, sem esperar pelo Legislativo. Com a criação do Grupo Executivo de Repres-

são ao Trabalho Forçado, no ano passado, tem levado à Justiça do Trabalho casos de exploração. Instituiu também o programa bolsa-escola, para coibir o trabalho infantil nas carvoarias. Quem mantém o filho na escola recebe auxílio financeiro.

Armas — Gregori diz que o governo se empenha agora em aprovar a federalização dos crimes contra os direitos humanos e o projeto de lei sobre o uso ilegal de armas. Em 1997, vai centrar forças no trânsito. Fernando Henrique espera que, até o fim do ano, o Legislativo aprove o Código Nacional de Trânsito, que há cinco anos tramita no Congresso.

A oposição, porém, ouve com ceticismo a declaração de boa vontade. "Gostariamos que o governo tivesse para os direitos humanos a vontade política que está tendo para aprovar as reformas administrativas", diz Bicudo. Para ele, o governo manda um número excessivo de emendas constitucionais, que entopem o Congresso e "criam obstáculo grande" para a aprovação de projetos de lei. "Matérias importantes são relegadas, caminham a passo de cágado."

Para ele, quando o governo quer aprovar um projeto de lei, consegue. "A lei dos desaparecidos políticos o governo fez e bancou", lembra Bicudo. Mariano também critica o pouco empenho do governo. "Eles têm maioria no Congresso e não aprovam as próprias propostas", diz. Na prática, quando se trata de direitos humanos, a oposição tem sido a aliada de Fernando Henrique.

As lideranças do governo nem sequer compareceram à cerimônia de lançamento do programa. Cinco dias antes haviam modificado no Senado a Lei Bicudo, projeto que dava competência à Justiça comum para processar e julgar os crimes cometidos por policiais militares. A versão aprovada transfere para a Justiça Comum somente os crimes contra a vida — como homicídio, infanticídio, aborto e indução ao suicídio. "Lutei feito um desesperado para adiar a votação até o lançamento do programa, que recomenda apoio à minha proposta", conta Bicudo. "Mas não houve vontade política da liderança do governo para atuar." Novo projeto com o mesmo teor da Lei Bicudo já foi apresentado.

O diretor para o Brasil da organização Human Rights Watch, James Cavallaro, afirma que a comunidade internacional ainda espera ver o combate efetivo às violações de direitos humanos. "É preciso pressionar o Congresso para que o plano saia do papel", diz Cavallaro.

**COLOCAR
PLANO EM
PRÁTICA É UM
DESAFIO**

**VONTADE
POLÍTICA E
VERBAS SÃO
ESCASSAS**